

KARL
MARX

**KARL
MARX**
UMA BIOGRAFIA

JOSÉ PAULO NETTO



© Boitempo, 2020
© José Paulo Netto, 2020

Todos os direitos reservados.

Direção-geral Ivana Jinkings
Edição Isabella Marcatti, Carolina Mercês e Thais Rimkus
Edição dos cadernos de imagens Pedro Davoglio
Coordenação de produção Livia Campos
Assistência editorial Carolina Hidalgo Castelani
Preparação Mariana Zanini
Revisão Sílvia Balderama Nara
Diagramação Antonio Kehl
Capa Maikon Nery

Equipe de apoio Artur Renzo, Débora Rodrigues, Dharla Soares, Elaine Ramos, Frederico Indiani, Heleni Andrade, Higor Alves, Ivam Oliveira, Kim Dória, Luciana Capelli, Marina Valeriano, Marissol Robles, Marlene Baptista, Maurício Barbosa, Raf Alves, Tulio Candiottor

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

N389k

Netto, José Paulo, 1947-

Karl Marx : uma biografia / José Paulo Netto. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2020.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-65-5717-033-5

1. Marx, Karl, 1818-1883. 2. Comunistas - Biografia - Alemanha.
3. Filósofos - Biografia - Alemanha. I. Título.

20-66896

CDD: 920.93354

CDU: 929:330.85

Camila Donis Hartmann - Bibliotecária - CRB-7/6472

É vedada a reprodução de qualquer parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: novembro de 2020

BOITEMPO

Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Pereira Leite, 373

05442-000 São Paulo SP

Tel.: (11) 3875-7250 | 3875-7285

editor@boitempoeditorial.com.br | www.boitempoeditorial.com.br

www.blogdaboitempo.com.br | www.facebook.com/boitempo

www.twitter.com/editoraboitempo | www.youtube.com/tvboitempo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, JOÃO ANTONIO DE PAULA.....	11
NOTA DO AUTOR	31
I – ADEUS À MISÉRIA ALEMÁ (1818-1843).....	37
Os primeiros anos: Trier, 1818-1835.....	39
Dois semestres de boêmia: Bonn, 1835-1836	43
Os anos de Berlim: de 1836-1837 a meados de 1841.....	45
A <i>Gazeta Renana</i> : de meados de 1841 a março de 1843.....	60
Kreuznach: de maio a outubro-novembro de 1843	66
II – PARIS: A DESCOBERTA DO GRANDE MUNDO (1843-1844).....	77
O primeiro trimestre em Paris e a crítica a Hegel	78
O mundo dos trabalhadores e a polêmica com Ruge: de janeiro a agosto de 1844..	84
Os <i>Cadernos de Paris</i>	88
Os <i>Manuscritos econômico-filosóficos de 1844</i>	100
O encontro histórico e <i>A sagrada família</i>	131
III – BRUXELAS: A RELAÇÃO ORGÂNICA COM A CLASSE OPERÁRIA (1845-1848)	141
Bruxelas: um exílio tranquilo	142
As <i>Teses sobre Feuerbach</i> e a viagem à Inglaterra	144
<i>A ideologia alemã</i>	153
A relação orgânica com a classe operária e a produção teórica.....	171
A primeira organização: o Comitê de Correspondência Comunista	172
A ruptura com Proudhon e a <i>Miséria da filosofia</i>	175
A Liga dos Comunistas	192
O <i>Manifesto do Partido Comunista</i>	195
De Bruxelas à revolução.....	203
IV – COLÔNIA E LONDRES: REVOLUÇÃO E EXÍLIO (1848/1849-1856)	225
1848: complexidade, diferencialidade e significado da Primavera dos Povos.....	226
Alemanha: as classes sociais e a explosão revolucionária.....	235
Marx em Colônia: a <i>Nova Gazeta Renana</i>	239

Londres: os primeiros anos do último exílio (1849-1856)	249
A revista da <i>NGR</i> e a análise da revolução na França	251
A dissolução da Liga, o jornalismo e a continuidade das pesquisas	263
V – LONDRES: O APOGEU INTELECTUAL (1857-1867).....	273
As condições de vida da família Marx	274
A crise de 1857, pesquisas e polêmicas (Lassalle e Vogt)	276
A fundação da Internacional e o debate com Weston	290
O laboratório teórico de Marx	302
Os <i>Grundrisse</i> (1857-1858) e a <i>Contribuição à crítica da economia política</i> (1859)...	304
Os manuscritos de 1861-1863 e de 1863-1865	348
VI – LONDRES: <i>O CAPITAL</i> (1867-1881/1882)	353
O Livro I.....	354
Doença e pesquisa: de meados dos anos 1860 a fins dos anos 1870.....	361
O Livro II.....	366
O Livro III	371
O Livro IV	390
A obra inconclusa e a teoria social.....	397
VII – LONDRES: <i>O DOUTOR TERRORISTA VERMELHO</i> E A CRÍTICA À SOCIAL- -DEMOCRACIA (1865-1875)	401
O movimento operário, as projeções de Marx e a social-democracia.....	402
A unificação alemã e a Guerra Franco-Prussiana	409
A Comuna de Paris: <i>o assalto ao céu</i>	420
A Internacional e o confronto Marx-Bakunin	437
A crítica ao projeto do <i>Programa de Gotha</i>	452
VIII – OS ANOS DERRADEIROS (1876-1883)	461
Dores e alegrias na Maitland Park Road, n. 41	462
Novas questões, mais pesquisas: de 1876 a 1881-1882	467
Os últimos meses e o 14 de março de 1883	484
EPÍLOGO, PRÓLOGO.....	491
NOTAS	529
BIBLIOGRAFIA	735
ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	807
SOBRE O AUTOR	815

VI

LONDRES: *O CAPITAL* (1867-1881/1882)

No dia 29 de abril de 1867, na tipografia de Otto Wigand, em Leipzig, por encomenda do editor Otto Meissner, de Hamburgo, começaram a ser impressos os mil exemplares da primeira edição do Livro I de *O capital*. O volume foi dado a público no dia 14 de setembro¹ – com as suas vendas, Marx não auferiu sequer o equivalente ao que gastara com o tabaco consumido durante a redação da obra pela qual, como confessou, “sacrificara saúde, felicidade e família” (carta a Sigfrid Meyer, 30 de abril de 1867 – MEW, 1965, v. 31, p. 542)².

À diferença do que ocorrera em 1859 com *Contribuição à crítica da economia política*, porém, o lançamento do primeiro livro de *O capital* não passou em branco: teve alguma repercussão entre intelectuais e vanguardas trabalhadoras. Na sequência imediata da publicação, Ludwig Feuerbach e o acadêmico Eugen Dühring (o mesmo com o qual Engels polemizaria anos depois) manifestaram-se favoravelmente sobre o livro³; o jornal lassalleano de Schweitzer (ver, supra, cap. V, nota 51) publicou uma série de artigos sobre o volume e noutros periódicos alemães Engels o divulgou em matérias anônimas; além disso, comentários saíram em periódicos de língua inglesa (Wheen, 2007, p. 91). A imprensa ligada à Internacional (por exemplo, o suíço *Der Vorbote* [O Precursor]) fez propaganda do texto e uma conferência da organização, em setembro de 1867, em Bruxelas, recomendou a sua leitura pelos operários (Fedosseiev, org., 1983, p. 431). Ainda assim, a primeira edição alemã do Livro I de *O capital* nada teve de um sucesso imediato de vendas: ela só se esgotou quatro anos depois.

Decerto que, ao fim do último quartel do século XIX, com Engels tendo providenciado a publicação dos livros II e III, a obra de Marx já se divulgava pela Europa e começava a ser conhecida nos Estados Unidos; à mesma época, surgiam os primeiros “resumos” de *O capital*⁴. Já no decurso do século XX, as

edições de *O capital*, vertidas em dezenas de idiomas, circularam por todos os continentes, alcançando tiragens contadas em vários milhões de exemplares – fenômeno para o qual foi decisiva a atividade editorial desenvolvida, a partir da Revolução Russa de outubro de 1917, pelo partido bolchevique (depois Partido Comunista da União Soviética) e em seguida replicada por partidos comunistas e socialistas nos seus respectivos países⁵.

Também é fato que, quando iniciou a redação do Livro I, em janeiro de 1866, Marx já tinha muito clara a projeção da sua continuidade e chegou mesmo a anunciar para breve a conclusão dos trabalhos para efetivá-la. Anúncio que não cumpriu: até os fins da década de 1870 e a entrada dos anos 1880 (Kräfte, 2005), ele seguiu pesquisando, a despeito das importantes atividades políticas desenvolvidas na primeira metade dos anos 1870, que reportaremos no próximo capítulo. Tais pesquisas só viriam à luz, parcialmente, com a publicação póstuma dos livros II (1885) e III (1894)⁶.

Tomados em seu conjunto, os três livros de *O capital* (utilizamos, aqui, os volumes editados pela Boitempo: Livro I, 2013; II, 2014; III, 2017; discorreremos brevemente, ao fim deste capítulo, sobre o Livro IV) constituem uma arquitetura teórica monumental que revela, com notável rigor, no que toca à estruturação econômica, o que Marx disse ser *a articulação interna da sociedade burguesa*. Porém, na sua monumentalidade, *O capital* é uma obra inacabada, inconclusa – e ainda aludiremos às razões de fundo dessa incompletude. Antes, cuidemos do que Marx entregou ao público: o Livro I⁷.

O Livro I

A 10 de abril, Marx toma um barco à beira do Tâmsa para Hamburgo, aonde chega dois dias depois de navegação em mar revolto. Encontra-se com Meissner, que haveria de editar todos os três livros de *O capital*, entrega-lhe os originais e acerta com ele os detalhes da impressão em Leipzig. De Hamburgo, Marx dirige-se a Hanover; ali fica por cerca de um mês, na casa de seu correspondente desde 1862, o médico Kugelmann – nesse primeiro encontro pessoal, Marx é calorosamente recebido pelos Kugelmann, uma família deveras hospitaleira⁸. É nos últimos dias de sua estada entre eles que Marx recebe, para revisão, as primeiras provas tipográficas do Livro I, trabalho que prossegue no seu retorno a Londres⁹. Essa revisão, feita parcialmente com a ajuda de Engels, conclui-se em 16 de agosto de 1867 (ver o primeiro parágrafo da nota 132, cap. II, supra); pouco antes, a 25 de julho, Marx escreve o prefácio da obra.

O Livro I só teve a sua primeira edição esgotada no outono de 1871. A segunda edição alemã, lançada em fascículos (ver, supra, cap. V, nota 169), o primeiro circulando em meados de julho de 1872, não foi uma simples reedição:

A própria estrutura da obra foi profundamente modificada. Em lugar dos seis capítulos da primeira edição, o conjunto do livro passou a ser dividido em sete seções e vinte e cinco capítulos. Por sua vez, quase todos os capítulos foram divididos em parágrafos ou partes mais pequenas. Ao melhorar a estrutura do livro, Marx teve em conta as observações feitas por Engels em 1867. (Fedosseiev, org., 1983, p. 434)¹⁰

De fato, Marx continuou trabalhando por anos no seu texto; ao prefaciar a terceira edição alemã, póstuma, em 7 de novembro de 1883, Engels informou que o amigo

planejava reelaborar extensamente o texto do volume [Livro] I, formular de modo mais preciso diversos pontos teóricos, acrescentar outros novos e complementar o material histórico e estatístico com dados atualizados. Seu estado precário de saúde e a ânsia de concluir a redação definitiva do volume [Livro] II obrigaram-no a renunciar a esse plano. Devia-se modificar apenas o estritamente necessário e incorporar tão somente os acréscimos já contidos na edição francesa (*Le capital. Par Karl Marx*, Paris, Lachâtre, 1873), publicada nesse ínterim. (Engels, em Marx, 2013, p. 97)

Na sequência desse esclarecimento (ibidem, p. 97-8), Engels discorre sobre as suas intervenções no texto, concluindo que “nesta terceira edição [...] nenhuma palavra foi alterada sem que eu não tivesse a certeza de que o próprio autor o faria”.

O texto do Livro I que, enfim, foi tomado pelos pesquisadores como referência última é o da quarta edição alemã, de 1890, cuidadosamente revisado por Engels com a ajuda da filha mais jovem de Marx, Eleanor. No prefácio (datado de 23 de junho de 1890), Engels declara que se valeu inclusive de notas manuscritas de Marx, mas preocupou-se sobretudo em clarificar as fontes das citações marxianas, à época objeto de debate e polêmica; em suma, diz ele que “quem quer que compare esta quarta edição com as anteriores verá que [...] nada [se] modificou no livro que valha a pena mencionar” (ibidem, p. 106)¹¹.

No Livro I, que se abre com a análise da mercadoria, na qual replica basicamente o que alcançara na *Contribuição* (1859), Marx continua – em sua operação heurística – interessado na *forma* do valor; mas agora, em 1867, ele avança substantivamente, recorrendo a elaborações próprias dos manuscritos dos anos 1857-1865 e que não foram expostas no livro de 1859. A argumentação marxiana, tomando a mercadoria como unidade sintética do valor de uso e do valor de troca, privilegia a apreensão do valor enquanto tempo de trabalho incorporado na mercadoria: nela, simultaneamente, se exprime o processo de trabalho (isto é, processo de criação de valor de uso) e o processo de valorização (isto é, processo de criação do valor). É em função deste último que opera a

produção capitalista, uma vez que nela se efetiva a produção de um *excedente*, um *plus* que é a mais-valia: o capitalista

quer produzir uma mercadoria cujo valor seja maior do que a soma do valor das mercadorias requeridas para sua produção, os meios de produção e a força de trabalho, para cuja compra ele adiantou seu dinheiro no mercado. Ele quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor. (Marx, 2013, p. 263; lembre-se ao leitor: mais-valor = mais-valia – ver, supra, cap. V, nota 84)

Ao distinguir *capacidade de trabalho* (mais precisamente: *força de trabalho*) de *trabalho*, Marx ultrapassa a noção equivocada segundo a qual o operário vende ao capitalista o seu trabalho; não: o operário vende a ele a sua força de trabalho. Ora, a força de trabalho, tornada mercadoria, como qualquer mercadoria tem valor de uso e valor de troca; seu valor de troca tem expressão monetária, o salário, que é sempre (mesmo em escala variável) inferior ao valor total produzido pelo seu uso por parte do capitalista. Marx desvela a fronteira, imediatamente imperceptível, entre a parte da jornada de trabalho em que se produz o *quantum* de valor preciso para cobrir o valor de troca da força de trabalho (tempo de trabalho socialmente necessário) e a parte em que se dá a criação de um *quantum* de valor suplementar (tempo de trabalho excedente).

Assim Marx pode trazer à luz pública o movimento de cuja explicitação careceu o livro publicado em 1859: *a transformação do dinheiro e dos meios de produção em capital*. Ultrapassando (sem abandoná-la) a diferenciação que a economia política já assinalara entre capital fixo e capital circulante, Marx alcança a distinção entre *capital constante* e *capital variável*. No desenvolvimento do trato teórico dessa distinção, ele demonstra que os meios de produção não *criam* valor – em operação, *transferem* o seu valor; o valor novo, acrescentado ao produto (mercadoria), tem sua fonte no *trabalho vivo*. Nessa perspectivação, o capital deixa de apreender-se enquanto categoria “coisal”, eterna e/ou natural: é tomado como *relação social* historicamente determinada, constituída no processo mediante o qual os meios de produção, *detidos pelos capitalistas*, empregam-se na interação estabelecida com os trabalhadores assalariados para expropriar desses produtores o excedente (mais-valia) que resulta do seu trabalho executado no tempo de trabalho que vai além do tempo de trabalho necessário. Então, e só então, torna-se possível uma análise teórica, profunda e veraz do *processo de exploração do trabalho assalariado pelo capital*. Tal análise permite a Marx encontrar uma expressão quantitativa do grau de exploração dos trabalhadores: a relação entre o *excedente* (mais-valia) e o *capital variável* (não todo o capital investido); Marx denominou-a *taxa de exploração* (ou taxa de mais-valia) e a sua elevação é o objetivo primordial do capitalista.

No longo e exaustivo exame da produção de mais-valia, Marx identifica duas vias, *que não se excluem*, para a elevação da taxa de exploração, ambas implementadas graças ao comando do capital – comando que se exerce na organização do trabalho, na base técnica da produção e no seu espaço físico. Uma via é aquela em que o capitalista se vale do *aumento* do tempo de trabalho excedente, mantendo-se *constante* o tempo de trabalho necessário, via que recorre especialmente ao prolongamento da jornada de trabalho, permitindo a extração do que Marx denomina de mais-valia na sua forma *absoluta*. Se os trabalhadores dispõem de força política para levar a uma intervenção estatal que impeça o prolongamento da jornada de trabalho ou que a limite legalmente, o capitalista pode aumentar a taxa dessa mais-valia – mantendo a mesma base técnica da produção e sem estender a jornada – com a intensificação do ritmo do trabalho. A outra via, de que resulta o que Marx designará como mais-valia na sua forma *relativa*, é aquela em que, com a jornada de trabalho limitada legalmente e valendo-se de inovações na base técnica da produção e de modificações na divisão do trabalho, o capitalista reduz o tempo de trabalho necessário e altera em seu proveito a relação deste com o tempo de trabalho excedente; vê-se como, nesse caso, o desenvolvimento das forças produtivas sem dúvida joga a favor dos interesses capitalistas. Marx verifica que, historicamente, a produção da mais-valia absoluta foi preponderante no estágio em que a subsunção do trabalho ao capital era basicamente formal; com a maquinaria e a grande indústria mecanizada, tal subsunção torna-se real e emerge a tendência à predominância da produção de mais-valia relativa. Também historicamente, constata-se que o predomínio de uma ou outra forma da mais-valia extraída dos trabalhadores tem impactos diferentes na sua existência: quando prevalece a produção de mais-valia absoluta, a *tendência* é que os trabalhadores padeçam um processo de pauperização absoluta; predominando a produção de mais-valia relativa, a *tendência* é que eles experimentem um processo de pauperização também relativa (mantém-se a exploração, inclusive com a sua taxa aumentada, mas os seus padrões de vida não são aviltados, registrando-se até mesmo ganhos em vários dos itens que configuram o seu nível de vida).

Analisada em detalhe a essência da exploração capitalista, Marx enfrenta a complexa problemática da *acumulação do capital*. Ao renovar-se continuamente, a produção capitalista é igualmente um processo de reprodução¹². Nele, o trabalhador reproduz no valor da mercadoria o capital investido e cria a mais-valia. Se esta fosse inteiramente consumida pelo capitalista, a repetição do processo de produção se daria numa escala invariável, o que Marx designa como *reprodução simples*. Mas o sistema comandado pelo capital caracteriza-se mesmo pelo que Marx chama de *reprodução ampliada*: uma parte da mais-valia é utilizada para alargar a escala da produção – é, pois, transformada em capital, opera

para acumulá-lo. Diz o autor: “A aplicação de mais-valor [mais-valia] como capital ou a reconversão de mais-valor [mais-valia] em capital se chama acumulação de capital” (ibidem, p. 655).

Nesse alargamento, altera-se a relação entre a magnitude do capital constante e a do capital variável – relação que, para Marx, constitui a *composição orgânica do capital*. O capital constante aumenta mais rapidamente (graças ao desenvolvimento científico-tecnológico e das forças produtivas) que o capital variável, num processo em que se *eleva* aquela composição orgânica. Dessa elevação deriva uma tendência que conduz à redução da demanda, pelo capital, da força de trabalho vivo, ou seja, cresce a massa de trabalhadores que não são incorporados pelo capital no processo produtivo; cresce, pois, o contingente da população excedentária em face das necessidades do capital. A essa massa, que apresenta diferenciações analisadas por Marx, ele chamará de *exército industrial de reserva*.

É no marco da sua análise da acumulação de capital que Marx descobrirá a “lei geral da acumulação”:

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. *Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista*. Como todas as outras leis, ela é modificada, em sua aplicação, por múltiplas circunstâncias. (Ibidem, p. 719-20)¹³

Na sequência, Marx ver-se-á levado a examinar o processo histórico da “acumulação primitiva” – com o que culmina o Livro I de *O capital* (o capítulo seguinte, dedicado à “moderna teoria da colonização”, é de fato o que fecha o livro).

Uma vez sumariado o conteúdo do Livro I, vejamos rapidamente a sua estrutura expositiva (sem dúvidas modelar do que Marx pretendia como “todo artístico”) que, nas sete seções, compostas por 25 capítulos, atende rigorosamente ao seu objeto, determinado no subtítulo: o processo de produção do capital.

A seção I, começando com a análise da mercadoria e a constituição do dinheiro (a partir de elementos extraídos da *Contribuição*, de 1859), é aquela que contém a análise do fetichismo da mercadoria. É nessa seção que comparece inteiramente formulada a teoria marxiana do valor (ver, supra, cap. V, nota 120),

sobre cujas bases Marx constrói a inteira arquitetura da sua crítica da economia política – e não é por acaso que a explicitação da sua teoria do valor preceda à seção II, em que Marx oferece exatamente o que faltara à *Contribuição*: a análise da transformação do dinheiro em capital. *Todas as vigas que sustentam a crítica da economia política marxiana se fundam na teoria do valor que a embasa* – donde a sua sistemática e reiterada recusa pelas vertentes do pensamento econômico que se compatibiliza com a ordem do capital¹⁴.

É na seção III do livro que Marx avança no desenvolvimento do que decorre da sua teoria do valor, a *teoria da mais-valia*. Nessa seção encontram-se as essenciais distinções entre processo de trabalho e processo de valorização e capital constante e capital variável, além da crucial determinação do processo de exploração a que o trabalho é submetido pelo capital (com o esclarecimento da taxa e da massa de mais-valia).

A seção IV abriga a análise da produção da mais-valia relativa, com o trato da divisão do trabalho, das formas fundamentais da manufatura e da constituição da grande indústria (expressa no espaço fabril, suportado pela maquinaria) e mesmo a sua incidência na agricultura. Há uma atenção especial à subversão que a grande indústria opera na manufatura, no artesanato e no trabalho domiciliar.

Na seção V, Marx prossegue e detalha a análise aberta nas duas seções precedentes: cuida da produção de mais-valia nas formas absoluta e relativa, detém-se no exame da grandeza da jornada de trabalho e sua intensidade e tematiza diferentes fórmulas para a taxa de mais-valia¹⁵.

A seção VI centra-se no salário. Estudando a transformação do valor da força de trabalho em salário, Marx confere especial atenção ao salário por tempo e ao salário por peça.

Na sétima e derradeira seção do Livro I, seguramente um conjunto de capítulos de significado extremamente relevante para a compreensão do *processo de acumulação do capital*, Marx elabora a distinção entre reprodução simples e reprodução ampliada do capital (implicando a conversão de mais-valia em capital) e alcança uma formulação teórica de importância máxima: a da “lei geral da acumulação capitalista”, sem a qual toda consideração sobre a chamada *questão social* e toda diagnose do desemprego (sob quaisquer de suas formas) carecem de substancialidade teórica¹⁶. No penúltimo capítulo dessa derradeira seção – o último, já o assinalamos, refere-se à “teoria moderna da colonização” –, Marx atém-se ao processo histórico da acumulação capitalista.

Um excerto desse penúltimo capítulo (na verdade, os seus quatro parágrafos finais), que sucede à análise das transformações socioeconômicas derivadas da liquidação e da expropriação da propriedade privada fundada no trabalho pessoal, precedente do comando do capital sobre a produção, contribui para a inteira compreensão do pensamento marxiano:

Tão logo esse processo de transformação tenha decomposto suficientemente, em profundidade e extensão, a velha sociedade; tão logo os trabalhadores se tenham convertido em proletários, e suas condições de trabalho em capital; tão logo o modo de produção capitalista tenha condições de caminhar com suas próprias pernas, a socialização ulterior do trabalho e a transformação ulterior da terra e de outros meios de produção em meios de produção socialmente explorados – e, por conseguinte, em meios de produção coletivos –, assim como a expropriação ulterior dos proprietários privados assumem uma nova forma. Quem será expropriado, agora, não é mais o trabalhador que trabalha para si próprio, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores.

Essa expropriação se consuma por meio do jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, por meio da centralização dos capitais. Cada capitalista liquida muitos outros. Paralelamente a essa centralização, ou à expropriação de muitos capitalistas por poucos, desenvolve-se a forma cooperativa do processo de trabalho em escala cada vez maior, a aplicação técnica consciente da ciência, a exploração planejada da terra, a transformação dos meios de trabalho em meios de trabalho que só podem ser utilizados coletivamente, a economia de todos os meios de produção graças a seu uso como meios de produção do trabalho social e combinado, o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista. Com a diminuição constante do número de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a massa de miséria, opressão, servidão, degeneração, exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. O monopólio do capital se converte num entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um grau em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. Arrebenta-se o entrave. Soa a hora derradeira da propriedade privada capitalista, e os expropriadores são expropriados.

O modo de apropriação capitalista, que deriva do modo de produção capitalista, ou seja, a propriedade privada capitalista, é a primeira negação da propriedade privada individual, fundada no trabalho próprio. Todavia, a produção capitalista produz, com a mesma necessidade de um processo natural, sua própria negação. É a negação da negação. Ela não restabelece a propriedade privada, mas a propriedade individual sobre a base daquilo que foi conquistado na era capitalista, isto é, sobre a base da cooperação e da posse comum da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho.

Naturalmente, o processo pelo qual a propriedade privada fragmentária, baseada no trabalho dos indivíduos, transforma-se em propriedade capitalista, é

incomparavelmente mais prolongado, duro e dificultoso que o processo de transformação da propriedade capitalista – já fundada, de fato, na organização social da produção – em propriedade social. No primeiro, tratava-se da expropriação da massa do povo por poucos usurpadores; no segundo, trata-se da expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo. (Marx, 2013, p. 832-3)

Vê-se que a ordem do capital, com a sua dinâmica contraditória, põe ela mesma as condições históricas, material-objetivas e sociais para a sua ultrapassagem. Determinando a “negação da negação” portada pela produção capitalista, Marx descortina o processo que – para retomar a sua formulação do prefácio (1859) à *Contribuição* – inaugura *uma época de revolução social*. Com a constante preocupação de evitar projeções utópicas, entretanto, Marx mantém, em todo *O capital*, o cuidado de não ir além da análise da *articulação interna da sociedade burguesa*¹⁷.

Doença e pesquisa: de meados dos anos 1860 a fins dos anos 1870

Uma vez dado a público o Livro I, Marx pretendia lançar-se de pronto ao trabalho de preparação do Livro II, mas só pôde fazê-lo vários meses depois¹⁸. Embora estimasse concluí-lo logo, em carta de 7 de outubro de 1868 a Nikolai Danielson (1844-1918), que seria um dos tradutores do Livro I ao russo, Marx pedia que não esperasse *imediatamente* pelo volume seguinte: a sua publicação seria “retardada ainda talvez por *seis meses*” (MEW, 1965, v. 32, p. 563 [itálicos meus – JPM]).

Na verdade, *Marx nunca concluiu o livro II nem o III*, embora se tenha dedicado a ambos até por volta de 1880-1881. Com efeito, por todos aqueles anos, ele trabalhou *simultaneamente*, com interrupções e em ritmos diferentes, na preparação dos dois livros, como o provam os milhares de páginas manuscritas de que Engels extrairia o material constitutivo do que editou em 1885 e 1894¹⁹.

As interrupções e os ritmos diversos registrados no curso da preparação dos livros II e III a partir de 1867 devem-se, em primeiro lugar, à dificuldade de conjugar a reflexão teórica e a pesquisa com os imperativos da intervenção político-dirigente de Marx à frente da Internacional (que examinaremos no próximo capítulo). Essa intervenção sempre envolveu a sua solidariedade pessoal e militante a ativistas sociais injustiçados e perseguidos²⁰. Devem-se também aos apertos financeiros que Marx experimentou até fins dos anos 1860, efetivamente superados, como vimos (ver, supra, cap. V, nota 10), com o fundamental apoio de Engels. Entretanto, nem mesmo a estabilidade econômica da vida que Marx pôde desfrutar a partir dos anos 1870 – especialmente quando se mudou, em março de 1875, para a sua última residência, a confortável casa de Maitland Park, n. 41 – o poupou de atribulações. Apesar das enfermidades, ele prosseguiu, a duras penas, em seus estudos e pesquisas²¹.